

OS DESAFIOS DE ENSINO APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - OS ALUNOS EJA NO BRASIL

Fabrcia Santana de Souza Amaral

Pedagoga pela UNIFACP – Centro Universitrio de Paulnia.

Meire Terezinha Mller Palomar

Doutora em Educao pela UNICAMP, docente da UNIFACP.

RESUMO

Este trabalho refere-se aos desafios de Ensino e Aprendizagem na educao de jovens e adultos. Tem por finalidade relatar cada etapa da histria da EJA no decorrer do tempo, apontando os seus desafios e suas dificuldades, e tambm as suas discretas conquistas. Objetiva tambm abranger a realidade hoje na EJA no Brasil e as melhores estratgias e mtodos para garantir o ensino de qualidade para os jovens e para os adultos. A pesquisa busca identificar alunos matriculados na EJA Brasil e seu perfil. A metodologia do estudo a pesquisa bibliogrfica atravs de livros, apostilas, sites e artigos, com posterior anlise de bibliografia. A pesquisa demonstrou a necessidade de um novo olhar em busca de prticas e estratgias, respeitando a especificidade dos alunos, contribuindo com este grupo de pessoas que no tiveram a possibilidade de acesso a escola. Dando a oportunidade de resgatar o seu direito a educao.

Palavras-chave: Ensino-aprendizagem. Estratgias. Analfabetismo. Jovens e Adultos.

INTRODUO

Ao longo da histria, muitas pessoas no tiveram a oportunidade de ingressarem em uma instituio escolar ao longo de suas vidas, por motivos diversos e quase sempre ligados a excluso social. Isso a injusto, pois – alm de ser grande o valor do conhecimento adquirido numa escola – a excluso de pessoas do sistema escolar significa a no garantia de direitos iguais a todos. Esta falta de oportunidade impede que o indivduo se torne um ser social ativo em sua plenitude, que possa exercer plenamente sua cidadania, manifestando todo o seu potencial, que est embutido por falta de estmulos e oportunidades.

Surge ento, a preocupao em oferecer Educao a esse grupo de pessoas, adultos e jovens, desde o incio de nossa histria. No perodo colonial, surge a educao para essa faixa etria, mas apenas com objetivos religiosos.

Com a proclamação da Independência do Brasil, surge a “instrução primária gratuita para todos os cidadãos” , mas que na verdade só a elite era favorecida. (MEIRELES, 2013)

Nos anos 1950 o educador Paulo Freire passa a defender uma educação libertadora, para todos.

Já no período do Governo Militar do Brasil, nos anos 60, surge o Movimento Brasileiro de Alfabetização, o Mobral, com o objetivo de alfabetizar de forma funcional, a jovens e adultos, com leitura, escrita e cálculos. Uma educação com objetivos bem diferentes da educação proposta e utilizada por Paulo Freire, anteriormente, que além de se preocupar com o analfabetismo, se importava com o pensamento crítico e a transformação da participação social do indivíduo.

Em 1971, é criado o Ensino Supletivo, amparado pela lei 5692/71, e mais tarde é chamado de EJA, a partir da Lei 9394/96, e é uma das sete modalidades educacionais existentes no Ministério da Educação.

Por muito tempo, o tipo de educação ofertado nas turmas de EJA era baseado na forma proposta pela Pedagogia, com a mesma prática e métodos usados com crianças, com linguagem infantil e tratando os adultos dessa forma. E essa é uma das principais causas da grande evasão escolar dos alunos na Educação de Jovens e adultos. Percebe-se, então, que o método tradicional, baseado na Pedagogia, não era adequado para os adultos e jovens.

Em estudos científicos, desenvolvidos pelo educador Eduard Christian¹ Lindeman¹ notou-se que o adulto precisava ser tratado como tal, a partir de um método apropriado; e para isso o educador usou o termo Andragogia, que é a arte de orientar adultos e ensiná-los a aprender.

Assim, surge o problema em questão: “Quais os desafios de Ensino Aprendizagem na Educação de Jovens e Adultos no Brasil?”

Ensinar jovens e adultos nessa nova perspectiva de ensino, é despertar o interesse do aluno ao conhecimento, a partir daquilo que ele já possui, partindo

¹ Um estudioso americano que contribuiu de forma brilhante para a educação de adultos. Lindeman nasceu em 9 de maio de 1885, e faleceu em 1953. Em seu livro *The Meaning of Adult Education*, o educador insere conceitos de suma importância para a educação de adultos (BECK, 2015)

da sua realidade concreta; das experiências pessoais que ele vivenciou e, dessa forma, levá-lo a caminhar de forma progressiva, diante do saber que vai sendo proposto e acrescentado, de modo que o aluno se sinta parte ativa do processo da construção do conhecimento, sendo protagonista da sua história.

A metodologia da pesquisa foi alterada devido à pandemia de Coronavírus, o que impediu a observação in loco, restringindo-se a uma pesquisa bibliográfica.

1. HISTÓRIA DA EJA NO BRASIL

A educação da EJA no Brasil iniciou com a chegada dos Jesuítas, em 1549, com objetivos de catequizar e educar os índios, pois queriam difundir a fé católica e normas de comportamento, e não apenas passar conhecimentos científicos e escolares. Com a chegada dos europeus, foram criadas as escolas de humanidades para os colonizadores ricos e seus filhos, apenas, pois os outros não tinham o privilégio de receber o aprendizado, somente indiretamente às vezes. (ABC PEDAGOGIA AO PÉ DA LETRA, 2013).

As mulheres, os pobres e os negros não tinham acesso à educação dos Jesuítas, as mulheres só aprendiam a bordar, cozinhar, cuidar de casa e dos filhos, e os índios só podiam aprender as práticas agrícolas (MÜLLER, 2019).

Os jesuítas não queriam apenas ensinar, eles queriam provocar uma mudança radical, profunda na cultura dos índios, inculcando os costumes e hábitos sociais e culturais neles.

Essa preocupação com a transformação do indígena em homem civilizado justifica-se pela necessidade em incorporar o índio ao mundo burguês, à “nova relação social” e ao “novo modo de produção”. (NETO e MACIEL, 2008, p. 174).

O método O Radio Studiorum, estabelecido por Inácio de Loyola, utilizado pela educação jesuíta, era repleto de regras e práticas que os padres jesuítas eram obrigados a cumprir em todas as aulas que ministravam, pois era um manual prático com a metodologia que deveria reger a sala.

O método educacional jesuítico foi fortemente influenciado pela orientação filosófica das teorias de Aristóteles e de São Tomás de Aquino, pelo Movimento da Renascença¹⁰ e por extensão, pela cultura europeia. Apresentava como peculiaridades a centralização e o autoritarismo da metodologia, a orientação universalista, a formação humanista e literária e a utilização da música. (NETO e MACIEL, 2008).

Eram oferecidos três cursos através do método O Ratio Studiorum: filosofia, teologia que eram os superiores, para formar o humanista e o curso secundário que era conhecido como cursos inferiores, que eram literários e clássicos.

Os jesuítas, após terem conquistado seus objetivos de converter seus alunos, eles passam a ensinar também aos filhos dos colonos, em especial os filhos dos donos de engenho, para que ao término dos estudos pudessem continuar na Universidade de Coimbra. Dessa forma encucar profundamente os seus ensinamentos e métodos aos filhos dos ricos.

Muitas críticas são efetuadas aos jesuítas, quanto ao seu método pedagógico, que na verdade as causas eram políticas e ideológicas. Como podemos constatar que:

[...] a expulsão da Companhia de Jesus e a destruição de sua organização educacional são duas ordens:
 - política - os jesuítas representavam um empecilho aos interesses do Estado Moderno, além de ser detentora de grande poder econômico, cobiçado pelo Estado;
 - educacional - a necessidade da educação forma um novo homem - o comerciante e o homem burguês, e não mais o homem cristão -, pois os princípios liberais e o movimento Iluminista trazem consigo novos ideais e uma nova filosofia de vida (idem)

Quando os Jesuítas foram expulsos do Brasil, houve uma desorganização maior no ensino, e a educação, que já não era de qualidade e nem justa, ela fica mais precária ainda, neste período colonial. As escolas são modificadas por Pombal, de acordo com os interesses do governo. E com a chegada da família real o ensino perde mais ainda seu valor. Em 1822, com a Proclamação da Independência do Brasil, foi necessário a elaboração de uma Constituição, promulgada em 1824 que estabelece a instrução primária como direito gratuito para todos os cidadãos, (SOUZA e SANTANA, 2010), mas na realidade foi bem diferente, pois pobres e negros não eram considerados parte da sociedade. E eles tinham que buscar outras formas de aprender a ler e escrever.

Outro fato que marcou negativamente a educação no Brasil foi o Ato Adicional, em 1834, que passou a responsabilidade da educação para cada província do Império, sendo que as menos favorecidas não conseguiam dar continuidade à educação e desenvolvê-la (BELLO, 2015).

Nessa mesma linha, nos ensina MÜLLER (2019) que, nesse período,

[...] havia aulas noturnas para maiores de quinze anos, por volta de 1985, aulas dominicais na casa de Detenção para presos, aulas para cegos no Asylo de Mendicância. Essas aulas eram dadas por professores voluntários, sem remuneração, como contribuição dos ricos. [...] a criação de associações de intelectuais que, entre suas atividades ministrava cursos noturnos para adultos como uma forma de „regenerar“ as massas pobres brancos, negros livres, libertos e até mesmo, em alguns casos, escravos. (MULLER, 2019).

No Período Imperial que teve início em 1824, surge uma constituição que decreta o direito à educação primária e para todos os cidadãos, gratuitamente, mas como os índios, negros e crianças pobres não eram consideradas como tal, a constituição não foi colocada em prática, sendo assim, a educação de adultos acontecia informalmente nas casas dos professores, em igrejas, através de leituras de impressos religiosos, almanaques, folhetins etc. Se instala de forma declarada o não cumprimento da lei e o total descaso, como cita SOUZA (2018):

O ato adicional de 1834 e a Constituição de 1891 descentralizaram o ensino, mas não ofereceram condições às províncias de criar uma rede organizada de escolas, o que acabou contribuindo para o descaso com o ensino público e para que ele ficasse nas mãos da iniciativa privada... uma educação voltada para a formação das elites.

Tudo isso acontecia apenas em alguns centros urbanos, e a maioria das pessoas das áreas rurais permaneciam analfabetas e não tinham nem o direito de votar, até que em 1879 foi promulgada a Lei “Reforma Leônicio de Carvalho (RODRIGUES, 2018), que falava da importância de criar cursos elementares noturnos para adultos, para que todos pudessem votar, foi algo positivo, apesar que a única preocupação era as eleições.(MÜLLER, 2019).

Mesmo mediante essa reforma, no final do império, Em 1889, 82% da população com mais de cinco anos de idade era analfabeta. (MÜLLER, 2019). Com a proclamação da República, muito se esperou, um país livre, autônomo, bem diferente, pois em 1890, 82,6% ainda eram analfabetos, uma pequena parte da população brasileira sabia ler e escrever. (FERREIRA e CARVALHO, 2018) A Constituição desvinculou a educação das províncias e municípios, de maneira que garantia educação? apenas à elite sendo que as camadas sociais marginalizadas, cada vez mais excluídas da vida política nacional. Em 1920, a

preocupação com a educação ainda era apenas para com as crianças, e foi constatado pelo senso no Brasil que 71,2% da população ainda era analfabeta, não havia um olhar preocupado com a educação de jovens e adultos. (FERREIRA e CARVALHO, 2018).

Porém, na Europa e Estados Unidos começa a surgir uma preocupação entre alguns grupos de intelectuais dos Estados Unidos e da Europa, os “Pioneiros da Educação Nova”, em relação à educação de jovens e adultos, diziam que a educação era o caminho para o progresso pessoal e das nações, mas é muito intenso o número de analfabetos, e de pessoas preparadas para o trabalho. Havia algumas transformações acontecendo, como, por exemplo, a industrialização e a concentração da população nos centros urbanos. Muitos movimentos e iniciativas vão surgindo, como por exemplo a Revolução de 1930, que marca a mudança de República Velha para República Nova. Em 1931, acontece a Conferência Nacional. Todos eles, tentando mudanças e melhorias para a educação (SILVA, 2020), com a finalidade de discutir as diretrizes da educação popular.

Nessa Conferência foi assinado um convênio estatístico entre Governo e o Estado, para que fosse feita a padronização das normas de ensino. Outra iniciativa da Conferência, foi à elaboração de um documento assinado pelos mais representativos educadores brasileiros, no documento procuravam traçar diretrizes para uma efetiva política nacional de educação. (SILVA, 2020)

Em 1932, se levanta um grupo de brasileiros com uma visão diferenciada em relação à educação, defendiam uma escola única, pública, laica, obrigatória e gratuita, no documento que publicaram: o “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova”, em 1934, inclusive para jovens e adultos, pois a preocupação não era apenas com os ricos, mas com todos, como diz o artigo:

A educação nova, segundo o texto do manifesto, propunha „servir não aos interesses de classes, mas aos interesses do indivíduo, e que se funda sobre o princípio da vinculação da escola com o meio social”. Ou seja, o objetivo era ter um “ideal condicionado pela vida social atual, mas profundamente humano, de solidariedade, de serviço social e cooperação”. (EDUCABRASIL – 2001)

O Manifesto dos Pioneiros, é único em toda a história da educação, se tornou histórico, não só porque abrangeu muitas áreas da educação, mas porque não teve outro semelhante a ele. Ele veio ao encontro das reais necessidades educacionais que Brasil enfrentara desde muitas décadas, como foi dito: “Na

hierarquia dos problemas nacionais, nenhum sobreleva em importância e gravidade ao da educação. Nem mesmo o de caráter econômico lhe pode disputar a primazia nos planos de reconstrução nacional”. (LEMME, 2005).

No final da década de 40, as escolas vão se espalhando e crescendo, de forma que vão se tornando mais acessível a outros, além da elite, mas não para todos ainda. Nesta fase, as ideias e os métodos de alfabetização de Paulo Freire, ganham espaço em todo o Brasil, influenciando fortemente a educação, como refere Rodrigo Azevedo, “[..]as ideias do pedagogo pernambucano Paulo Freire ganham repercussão nacional, em especial seus métodos de alfabetização e de educação da população carente”.(AZEVEDO, 2018). Em 1945, 25% dos recursos foram destinados para o ensino supletivo de adolescentes e adultos analfabetos, quando houve uma ampliação do fundo criado pelo Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (HADDAD e PIERRO, 2000).

Em 1947, é formado no Brasil o serviço de educação de adultos (SEA), com o objetivo de orientar e conduzir os planos em relação à educação de adolescentes e adultos. Em 1950 a CEAA, substitui as ações do SEA, que lutava em favor da criação de infraestruturas para os jovens e adultos nos Estados e Municípios. Mas, mesmo com tantos esforços, a população analfabeta era de 56%. Por esse motivo o MEC realizou a Campanha Nacional de Educação Rural em 1952, e, no final de 1958, a

Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo. Em 1960 o índice era de 46,7% de analfabetos entre os adultos. (MÜLLER, 2018). Portanto, a história sinaliza que o ensino para jovens e adultos estava sendo realizada no modelo infantil, e em um encontro no Rio de Janeiro, “Segundo

Congresso Nacional de Educação de Adultos”, começaram a pensar em uma nova forma de fazer a educação de adultos, baseada no modelo de Paulo Freire (MÜLLER, 2018).

Mediante o apelo desses movimentos o governo criou, em 1964, o Programa Nacional de Alfabetização do Ministério de Educação e Cultura, que organizado pelo próprio Paulo Freire, dando a oportunidade, de fato, às pessoas, de serem alfabetizadas com a capacidade de transformar sua realidade social ao construir um pensamento crítico, conforme pregava o educador Paulo Freire.

O programa

pretendia instalar, em 1964, 60.870 círculos de cultura, a fim de alfabetizar 1.834.200 adultos, atendendo assim 8,9% da população analfabeta (da faixa de 15 a 45 anos), que em setembro de 1963 era de 20,442 milhões pessoas. Esses círculos seriam implantados em quatro etapas sucessivas (cada uma com a duração de três meses) em todas as unidades da federação.
(CUNHA, 2020)

Mas a elite brasileira se sentiu ameaçada, e em seguida ocorreu o golpe militar em 31 de março de 1964. Tal Programa foi interrompido e os seus idealizadores foram exilados, e presos os materiais didáticos referentes ao programa foram destruídos.

Para substituir esse projeto de alfabetização, os militares apoiaram a “Cruzada de Ação Básica” – ABC, conduzida pelos evangélicos norte-americanos, mas que durou apenas até o final de 1971, sendo então criado o MOBRAL – Movimento Brasileiro de Alfabetização, pela LEI 5.379 de dezembro de 1967, com recurso de 1% do Imposto de Renda das empresas, complementadas com 24% da renda líquida da Loteria Esportiva. O MOBRAL era um programa para os analfabetos e também para os que interromperam os estudos.

Com o passar dos anos, o MOBRAL foi perdendo o seu caráter alfabetizador, e se tornando um instrumento ideológico dos interesses dos militares (MÜLLER, 2018), não cumprindo as necessidades naquele momento. Surge, então, a segunda Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – 5692/1971, que, pela primeira vez, aborda o ensino supletivo:

O ensino supletivo terá por finalidade: a) suprir a escolarização regular para os adolescentes e adultos que não a tenham seguido ou concluído na idade própria; b) proporcionar, mediante repetida volta à escola, estudos de aperfeiçoamento ou atualização para os que tenham seguido o ensino regular no todo ou em parte.” (LDB 5692/1971, Art. 24)..

Essa lei estabeleceu um capítulo específico para a educação de jovens e adultos, possibilitando regulamentar e expandir tal modalidade de ensino.

Com o final da ditadura militar em 1985, o MOBRAL foi substituído pela Fundação Educar – Fundação Nacional Para a Educação de Jovens e Adultos

Seu objetivo era o de fomentar a execução de programas de alfabetização e de educação básica destinados aos que não tiveram acesso à escola ou que dela foram excluídos prematuramente. Atuando de forma indireta e descentralizada mediante convênios com secretarias estaduais e municipais de Educação e com instituições privadas ou comunitárias... (CUNHA E XAVIER).

O projeto Educar era responsável por coordenar todo o sistema de ensino na EJA, inclusive promover formação e aperfeiçoamento aos professores e produzir material didático de qualidade apropriada. Na Constituição Federal de 1988, ficou garantido a todos os cidadãos o ensino fundamental obrigatório e gratuito e também para todos que não tiveram a oportunidade de estudar na idade própria, mas mesmo assim em 1986 foram alcançados apenas 762.784 alunos, um número bem menor que se esperava. Diante dessa realidade:

[...] em 15 de março de 1990, foi decidida pelo novo governo a extinção da Fundação Educar, nos termos da Lei nº 8.209, de 12 de abril de 1990. Teve então início o processo de liquidação da instituição, encerrado em 25 de junho de 1991. (CUNHA E XAVIER).

Em 1990 houve uma expectativa de melhora na educação de jovens e adultos por meio da ONU, que instituiu o Ano Internacional da Alfabetização, e foi realizada uma conferência mundial de educação, e

foi marcada pela relativização nos planos cultural, jurídico e político – dos direitos educativos das pessoas jovens e adultas conquistadas em momentos anteriores, e a descentralização da problemática, bem como a situação marginal da EJA nas políticas públicas do país (HADDAD; DI PIERRO, 2000).

Embora com tantas iniciativas legais, não houve uma concretização dos planos e projetos, sendo que, nos anos finais do século XX, a União passou para os municípios o ensino fundamental, inclusive para jovens e adultos.

Na Conferência Mundial de Educação para todos, em 1994, foi apresentado o “Plano Decenal”, organizado pela Unicef e pelo Banco Mundial em um encontro, onde reuniram 9 países, inclusive o Brasil. Neste Plano se estabeleceram sete objetivos para a melhoria e desenvolvimento da educação para todos, incluindo a EJA (MENEZES, 2001). Outra meta do Plano Decenal foi proporcionar o ingresso a 3,7 milhões de analfabetos e 4,6 milhões de jovens e adultos, ao ensino fundamental (HADDAD E PIERRO). Finalmente, na última LDB 9394 de 1996, ficou estabelecido no Art. 37 que:

A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria.

§ 1º Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do aluno, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.

Na educação básica passa a ser incluída a educação para jovens e adultos, e a idade mínima fica de 15 anos para o ensino fundamental e 18 anos para o ensino médio. Mas a EJA continua sendo marginalizada, pois houve uma emenda constitucional número 14/1996 (SENADO, 2019), que tirou o que estava na Constituição de 1988, que era a erradicação do analfabetismo e universalização do ensino fundamental até 1998 e o investimento de recursos destinados à educação feitos pelo governo federal, dando prioridade apenas às crianças de 7 a 14 anos.

Na 5ª. Conferência Internacional de Educação de Adultos, em 1990, CONFINTEA, em Hamburgo – Alemanha, nasceu algo muito importante para o Brasil, que é o ENEJA – Encontro Nacional de Educação de Jovens e Adultos. Este encontro acontece até os dias de hoje (MÜLLER, 2019).

Em 1995, foi formada uma Comissão Nacional de educação de jovens e adultos (CNEJA), ligada ao MEC, com intuito de implementar as políticas na área de educação de jovens e adultos. E nas últimas décadas surge os cursos de pós graduação e produção de novos conhecimentos sobre a EJA, em faculdades, em pesquisas e discussões, que tem sido pontos positivos para o avanço desta modalidade escolar. Outro fator positivo foi a inclusão da EJA na política de financiamento, criado através da Emenda Constitucional nº. 53, que determina a apropriação dos recursos pela educação de jovens e adultos (MÜLLER, 2019).

Mas mesmo diante de todos esses avanços na EJA, é bem claro que a prioridade para o governo é a educação para as crianças. Pois, na prática, as conquistas muitas vezes ficam apenas no papel. Percebe-se que não é de agora essa falta de interesse, Cláudia Borges Costa relata que:

No Brasil, a denúncia de descaso para com a EJA aparece em estudos e pronunciamentos de vários educadores. Em 1938, Paschoal Lemme (2004, p. 65) já destacava que “mesmo entre as pessoas que têm certo trato com os problemas de educação e de ensino é comum verificar se um completo desconhecimento da importância e da significação hoje emprestadas ao problema da educação de adultos”.

Essa frase (dita há quase oitenta anos) pode ajudar a entender por que, todas as vezes que se fala em EJA, há tanta necessidade de dizer que ela existe e resiste há muito tempo na educação brasileira” (COSTA 2018).

2. PRÁTICA E MÉTODO EDUCACIONAL PARA JOVENS E ADULTOS

O público da EJA é diversificado, são alunos de idades diferentes que possuem também uma história de vida, que também influenciarão no aprendizado dos mesmos. Por isso é necessário refletir na educação libertadora que o educador brasileiro Paulo

Freire pregava que se preocupa com o todo do aluno como cidadão crítico e reflexivo. O aluno Carlos Alberto Zorzo (1999), relata em sua síntese, que de acordo com Paulo Freire há

Uma constante busca que visa com que os estudantes transformem o mundo em que vivem. Para tanto, devem compreender a realidade que os cerca através de uma visão crítica, respeitando-se sua cultura e história de vida. Priorizar o aluno como parte principal e acreditar no seu potencial como ser criativo que pensam, possibilitará grandes mudanças na vida do indivíduo, na educação e no mundo (ZORZO, 1999).

Infelizmente, até há pouco tempo utilizava-se, na EJA, as práticas educacionais baseadas na pedagogia, que é a arte de educar crianças e era dessa forma, infantilizada que os jovens e adultos eram ensinados. E havia uma resistência e desmotivação em relação a esse método e estratégia de ensino. Os alunos abandonavam a escola com muita frequência.

A questão é, os métodos utilizados pela Pedagogia “Tradicional” não são tão eficazes e autodirigidos para alunos adultos, não pela falta de alguma habilidade do professor e sim, pelo perfil e exigências dos alunos que estarão em sala de aula. (BECK, 2014).

Estudos científicos foram desenvolvidos pela Associação Americana de Educação para adultos, sobre a melhor forma de educar adultos, e o educador Eduard Christian Lindeman, em suas pesquisas e investigações de como o adulto aprende, descobre o termo “Andragogia”, a ciência de orientar adultos a aprender, formulada pelo professor de gramática alemã, Alexander Kapp, em 1883. Eduard contribuiu de forma relevante para a educação de jovens e adultos, ele colocou que:

- Os adultos são motivados a aprender como eles experimentam as necessidades e os interesses de aprendizagem que irão satisfazer; – A orientação dos adultos para a aprendizagem é centrada na vida; – A experiência é a fonte mais rica para a aprendizagem do aprendiz adulto;
- Os adultos têm uma profunda necessidade de auto-direção; – As diferenças individuais entre as pessoas tendem a aumentar com a idade. (BECK, 2015).

Apesar das descobertas, somente em 1973 elas foram utilizadas pelos teóricos na obra “The Adult Learner: A Neglected Species”, do americano Malcon Knowles (1913 – 1997). Knowles (1990) entendeu que a educação tradicional não era adequada e eficiente para a educação de adultos, percebeu que era necessário considerar interesses, diferenças e experiências de cada um e instituiu seis princípios fundamentais:

1. *A necessidade de saber*: O aluno adulto precisa saber, de fato, os benefícios que aquele curso e o aprendizado lhe trarão. É importante que o professor relate as vantagens que o aluno alcançará, podendo melhorar a sua vida pessoal ao utilizar os conhecimentos adquiridos;

2. *A autopercepção*: percepção sobre si mesmo: o adulto precisa ser tratado como indivíduo capaz e autônomo, porque mesmo na condição de estudante, o professor não pode confundir e trata-lo como criança, por isso pode resultar em abandono escolar;

3. *O papel da experiência*: na educação de adultos a experiência trazida de cada um é de suma importância, na verdade é o ponto de partida que o professor deverá utilizar para realizar o ensino e aprendizagem, buscando sempre associar as vivências já existentes à novos aprendizados;

4. *O desejo de aprender*: normalmente os adultos escolhem aprender porque sentem que há necessidade, mas é necessário que o professor promova também estímulos que despertem nos alunos o desejo de alcançar objetivos maiores, sendo participantes ativos nesse processo;

5. *Orientação para aprendizagem*: os adultos se esforçam para aprender quando relacionam o conhecimento aos seus problemas cotidianos, por isso é necessário que o professor os aplique, em situações específicas, ao apresentar um novo conhecimento;

6. *A motivação para aprender*: As maiores motivações são internas, como, elevar a autoestima, a melhorar a qualidade de vida, ser valorizado etc., mas, muitas vezes, essas motivações são abafadas pela falta de confiança, falta de recursos e oportunidades, falta de tempo e outros. Percebe-se também que o próprio sistema educacional não dá o devido valor a essa categoria de ensino. (AZEVEDO).

3. REALIDADES DA EJA NO BRASIL

No Brasil, as taxas de analfabetismo ainda são muito expressivas, apesar de todas as iniciativas realizadas desde o seu descobrimento, até o século XXI na tentativa de extingui-lo ou, pelo menos, minimizá-lo.

De acordo com Calçade (2018), o quadro abaixo demonstra como o Brasil ainda está longe de resolver o problema do analfabetismo de jovens e adultos.



Analisando os quadros, percebemos que, devido à desigualdade social no Brasil, observamos que ainda há 7% de analfabetos idosos. Entretanto, aparecem também como analfabetas pessoas com quinze anos de idade, número que também totaliza 7%, que são 11,5 milhões de pessoas, brasileiras. São adolescentes que abandonaram à escola por diversos motivos, inclusive por renda baixa familiar, e precisam trabalhar para contribuir com as despesas da casa, e não retornam à escola.

A maioria, 19,3% são pessoas idosas, a partir dos 60 anos, que não tiveram acesso à educação quando jovens, pois era oferecida apenas para os ricos, antes da universalização.

Quanto às regiões do país, no Nordeste encontra-se o maior índice de analfabetos, que é de 38,6% e o menor índice se encontra na região sul. Isso mostra que o fator econômico e social influencia e determina os resultados.

O Brasil não conseguiu atingir o alvo de 6,5% em 2015, como foi estabelecido contra o analfabetismo e corre o risco de não atingir o alvo feito para 2024, que é de 100% de educação de qualidade, segundo as metas do PNE (CALÇADE, 2018).

De acordo com a professora da USP, Silvia Coelho, é preciso despertar nos alunos a vontade de retornar à escola, levando-os a entender que é o resgate do direito que eles não tiveram na idade própria. Pois o número de pessoas que frequentavam a escola nessa faixa etária é muito baixo, comparando com a quantidade de analfabetos existentes. (CALÇADE, 2018). Segundo essa autora:

Em 2017, apenas 118 mil pessoas frequentaram cursos de Alfabetização de Jovens e Adultos (AJA) e 853 mil pessoas estavam matriculadas em curso de Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Ensino Fundamental no país. (CALÇADE, 2018).

Além desses desafios, quanto à quantidade de alunos adultos que frequentam a escola, temos outros desafios, como, por exemplo: o melhor preparo e capacitação dos professores, melhores métodos e materiais didáticos que tem a ver com a realidade do adulto.

4.1. – Características das turmas de EJA

A EJA foi criada pelo Governo Federal, e ela tem todos os níveis da Educação Básica oferecida aos jovens e aos adultos a quem foi negado o acesso à escola, em um período menor. Ela se divide em duas etapas: EJA Ensino Fundamental I e II e EJA Ensino Médio. Esta modalidade pode ser feita presencial, normalmente à noite, e à distância, através da internet ou com livros e apostilas. Cada módulo se conclui em seis meses, sendo que o Ensino Fundamental I e II terminam em dois anos cada um e o Médio, em 1,5 ano, e são quatro horas por dia. Para se inscrever no Ensino Fundamental, precisa ter 15 anos para cima, já o Ensino Médio, precisa ter mais de 18 anos (PRAVALER, 2020). As disciplinas oferecidas na EJA são: - **Ensino Fundamental:** Língua Portuguesa, Ciências, Matemática, Inglês, Artes, Educação Física, História e Geografia. - **Ensino Médio:** História, Sociologia, Filosofia, Língua Portuguesa, Inglês, Artes, Educação Física, Ciências, Matemática, Química e Física. (PRAVALER, 2020).

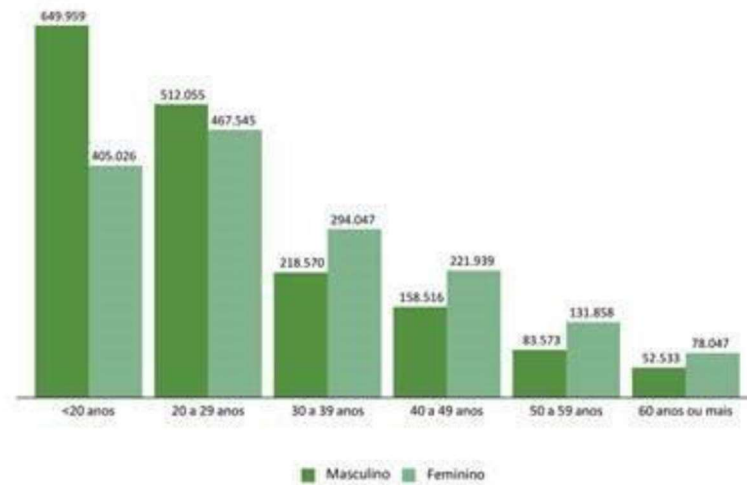
Estas disciplinas definirão as aprendizagens que o aluno precisa para se desenvolver nesse nível de educação oferecida, e elas estão de acordo com a Base Nacional Comum Curricular – BNCC.

As provas da EJA, para assegurar o certificado são feitas pelas secretarias, municípios ou estaduais de educação, e a inscrição é gratuita.

Há um Portal Matrícula Fácil, onde qualquer pessoa, com mais de quinze anos, poderá se inscrever e terminar seus estudos, se houver vaga no local escolhido. As matrículas poderão ser realizadas em dois períodos do ano, outubro/novembro e maio/junho (<https://matriculafacil2021.com.br/matricula-eja-2021/>). De acordo com os últimos dados do INEP em 2019 a EJA tinha matriculados 3.273.668 alunos.

A maioria dos alunos da EJA com menos de 30 anos são homens, 62,2%. Já os com mais de 30 anos, a maioria são mulheres, 58,6%. (INEP, 2020). Conforme o gráfico:

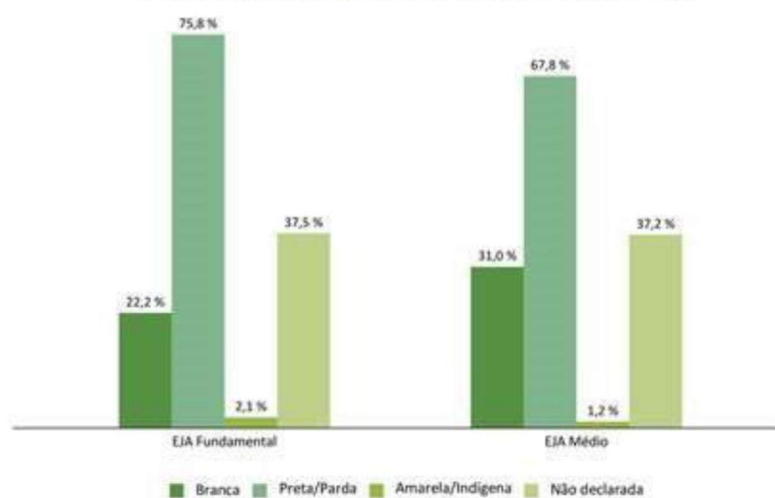
NÚMERO DE MATRÍCULAS NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS SEGUNDO FAIXA ETÁRIA E SEXO - BRASIL - 2019



Fonte: Elaborado por DEED/Inep com base nos dados do Censo da Educação Básica.

De acordo com o censo escolar, a maioria dos estudantes da EJA são pretos e pardos, como se pode ver no site do INEP, 2020, abaixo:

PERCENTUAL DE MATRÍCULAS NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS DE NÍVEL FUNDAMENTAL E DE NÍVEL MÉDIO SEGUNDO COR/RAÇA - BRASIL - 2019



Fonte: Elaborado por DEED/Inep com base nos dados do Censo da Educação Básica.

Segundo resultado da pesquisa, pretos e pardos são a maioria, tanto no ensino fundamental como no médio da EJA. Este resultado é resquício ainda do período da escravidão no Brasil, ainda há uma absurda diferença entre brancos e pretos, o preconceito não foi superado por completo. Por outro lado, o ingresso de pretos e pardos na EJA, apresenta o avanço social, pois estão resgatando o direito à educação e à igualdade (ESTEVES, especialização)

Como se pode perceber, desde o início, o acesso de negros aos bancos escolares se deu de forma precária. A exclusão dos negros do processo de escolarização acompanha toda a história da educação no Brasil. Quanto aos escravizados e aos indígenas, pode-se dizer que sua educação era apreendida na oralidade e o acesso à cultura da leitura e da escrita era considerado inútil para esses segmentos (SCHWARCZ, 1993).

Quanto aos homens serem maioria na EJA, pode-se dizer que também é reflexo de uma cultura vivida desde o início do Brasil, onde as mulheres não eram valorizadas, e não tinham o direito ao acesso à escola. Mesmo com as grandes conquistas, ainda hoje há uma ideia de que as mulheres são responsáveis, apenas, pelo trabalho doméstico e a criação dos filhos, e essa ideia se reflete na quantidade de mulheres, bem menor que homens, que procuram e frequentam a EJA (NARVAZ, SANT'ANNA e TESSELER 2013).

Desde o início dos tempos, as diferenças de gênero basearam-se nas diferenças entre os corpos de homens e mulheres, principalmente na diferença dos órgãos sexuais. A diferença, convertida em desigualdade, originou categorias binárias e hierárquicas, polarizadas em opostos inferior/superior, dentro/fora, que dividiram todo o universo em oposições masculino/feminino. Foram assim construídas as diferenças entre os gêneros das coisas e das pessoas, pressuposta a superioridade masculina (BOURDIEU, 1999). Não sendo feitas para o saber, o lugar das mulheres é o espaço doméstico cuja função é agradar ao marido e cuidar da família (NARVAZ, SANT'ANNA e TESSELER, 2013).

Esses dados, quanto aos pretos e pardos na EJA, são encontrados mediante a pesquisa estatística, o censo escolar, pelo INEP, que revela informações amplas em relação à nossa Educação Básica Brasileira. (INEP, 2020), e revela também Segundo Gilberto Costa (2019), nos últimos cinquenta e três anos houve uma significativa melhora na educação quanto ao acesso de alunos à escola, mas ainda o número de analfabetos é muito grande, apesar de ter tido uma pequena queda nestes últimos anos.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2018, havia 11,3 milhões de pessoas analfabetas com 15 anos ou mais de idade. Se todos residissem na mesma cidade, este lugar só seria menos populoso que São Paulo – a capital paulista tem população estimada de 12,2 milhões. A taxa do chamado “analfabetismo absoluto” no Brasil é de 6,8% (COSTA, 2019)

Uma das causas da não diminuição do analfabetismo no Brasil, é a falta de interesse e investimento na educação de jovens e adultos. Esta modalidade de ensino sempre fica em segundo plano, a prioridade é sempre a educação básica. Há uma ideia de que investindo na educação básica, o analfabetismo será erradicado, o que não é verdade, pois continuamente analfabetos vem sendo produzidos, principalmente entre o grupo de baixa renda. Em relação a esta visão citada pela professora Francisca Izabel Pereira Maciel, da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), ressalta que: “o poder público „não pode descuidar do analfabetismo absoluto” e que “é direito das pessoas aprender a ler e escrever” (COSTA, 2019).

É necessário resgatar o direito à educação entre os jovens e adultos, que não tiveram a oportunidade de estudar na idade própria.

O analfabetismo cresceu entre 2017 e 2018 entre cinco Estados do Brasil, e em 2019, de acordo com a PNAD, o número de analfabetos em todo o Brasil é de 11,3 milhões, um número assustador. os bastidores de toda a história, ao longo dos tempos, até o tempo presente, em relação ao lamentável preconceito racial e social.

4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

Segundo Gilberto Costa (2019), nos últimos cinquenta e três anos houve uma significativa melhora na educação quanto ao acesso de alunos à escola, mas ainda o número de analfabetos é muito grande, apesar de ter tido uma pequena queda nestes últimos anos.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2018, havia 11,3 milhões de pessoas analfabetas com 15 anos ou mais de idade. Se todos residissem na mesma cidade, este lugar só seria menos populoso que São Paulo – a capital paulista tem população estimada de 12,2 milhões. A taxa do chamado “analfabetismo absoluto” no Brasil é de 6,8% (COSTA, 2019)

Uma das causas da não diminuição do analfabetismo no Brasil, é a falta de interesse e investimento na educação de jovens e adultos. Esta modalidade

de ensino sempre fica em segundo plano, a prioridade é sempre a educação básica. Há uma ideia de que investindo na educação básica, o analfabetismo será erradicado, o que não é verdade, pois continuamente analfabetos vem sendo produzidos, principalmente entre o grupo de baixa renda. Em relação a esta visão citada pela professora Francisca Izabel Pereira Maciel, da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), ressalta que: “o poder público „não pode descuidar do analfabetismo absoluto” e que „é direito das pessoas aprender a ler e escrever” (COSTA, 2019).

É necessário resgatar o direito à educação entre os jovens e adultos, que não tiveram a oportunidade de estudar na idade própria.

O governo precisa se posicionar, honrar sua responsabilidade, o seu papel enquanto autoridade do Estado, assumido por ele. Se tratando deste assunto, PEREIRA (2014), coloca em seu artigo, pontos cruciais contidos na lei:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. A lei de Diretrizes e Bases da educação também aborda sobre a responsabilidade do Estado, esta lei tem uma grande importância para aqueles que lidam com a educação, porque é ela que traz um respaldo legal e uma diretriz sobre os rumos da educação no Brasil.

O analfabetismo cresceu entre 2017 e 2018 entre cinco Estados do Brasil, e em 2019, de acordo com a PNAD, o número de analfabetos em todo o Brasil é de 11,3 milhões, um número assustador. Apesar dos avanços na EJA, e crescimento do número de alunos matriculados, diminuição de analfabetos em vários Estados, ainda há muito o que fazer, a conquistar e a investir, para alcançar um Brasil sem o analfabetismo, que é o alvo almejado.

Quanto aos homens serem maioria na EJA, pode-se dizer que também é reflexo de uma cultura vivida desde o início do Brasil, onde as mulheres não eram valorizadas, e não tinham o direito ao acesso à escola, sendo responsáveis, apenas, pelo trabalho doméstico e a criação dos filhos.

Assim, apesar desta trajetória complicada, sem grandes sucessos, é bom saber que temos essa modalidade de ensino, na qual podemos contar, que é: “Um projeto de combate ao analfabetismo por excelência devendo ser prestigiado e nunca negligenciado pelo governo” (OLIVEIRA, 2019). Ele tem

alcançado muitos jovens que por algum motivo não tiveram a oportunidade de acesso à escola na idade própria, e principalmente, com um número proporcionalmente maior, de idosos, que por sua vez também não puderam estudar quando mais novo, e a EJA tem resgatado não só o direito à educação desses grupos de pessoas, mas tem resgatado autoestima, a integração no meio social, as oportunidades de emprego, a autoconfiança, e outros, transformando indivíduos marginalizados em cidadãos inclusos, preparados para cumprir os seus direitos e deveres, enquanto ser social.

Como conclusão, entendemos que ainda levará tempo para que o Brasil consiga superar o problema de analfabetismo, porque ainda não existem políticas públicas específicas e eficientes para essa modalidade de ensino.

REFERÊNCIAS

ABC Pedagogia ao Pé da Letra. **Histórico da EJA no Brasil**, (2013). Disponível em: <https://pedagogiaaopedaletra.com/historico-da-eja-no-brasil/>. Acesso em: 4 de ago 2020.

AZEVEDO, Joel Solon Farias. **Seis Princípios Fundamentais de Aprendizagem de Adultos**. Pro Valore. Disponível em: <https://www.provalore.com.br/6-principiosfundamentais-da-aprendizagem-de-adultos/>. Acesso em: 26 de mai 2020.

AZEVEDO, Rodrigo. **A História da Educação no Brasil: Uma Longa Jornada Rumo à Universalização**. Gazeta do Povo, 2018. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/educacao/a-historia-da-educacao-no-brasil-umalonga-jornada-rumo-a-universalizacao-84npcihyra8yys2j8nnqn8d91/>. Acesso em: 14 de ago 2020.

BECK, Caio. Eduard Linderman: **Andragogo Ameriano**. Andragogia Brasil, 2015. Disponível em: <https://andragogiabrasil.com.br/eduard-lindeman/>. Acesso em: 26 de mai 2020.

_____. **Pedagogia e Andragogia são Iguais?**. Andragogia Brasil, 2014. Disponível em: <https://andragogiabrasil.com.br/pedagogia-e-andragogia-sao-iguais/>. Acesso em: 18 de set 2020.

BELLO, José. **Educação no Brasil**. Portal São Francisco, 2015. Disponível em: <https://www.portalsaofrancisco.com.br/historia-do-brasil/educacao-no-brasil#>. Acesso em: 20 de mar 2020.

CALÇADE, Paula. **As Taxas De Analfabetismo Ainda São Altas No Brasil?** Nova Escola, 2018. Disponível em: https://novaescola.org.br/conteudo/12398/as-taxas-de-analfabetismo-ainda-sao-altas-nobrasil?gclid=CjwKCAjwn9v7BRBqEiwAbq1Ey6_ZJlyQc77UGi21wj9DOTXWQdTnZuOzG1uei-B3rqJZ6b_9YMLZPRoCr0gQAvD_BwE. Acesso em: 14 de ago 2020.

COSTA, Cláudia Borges. **Políticas Públicas de Jovens e Adultos no Brasil**. 1. Ed. São Paulo: Cortez, 2018. Acesso em: 17 de mar 2020.

CUNHA, Luís Antônio e XAVIER, Líbiana. **Programa Nacional de Alfabetização**. FGV – CPDOC. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbetetematico/movimento-brasileiro-de-alfabetizacao-mobral>. Acesso em: 16 de ago 2020.

O Plano Nacional de Alfabetização. Disponível em <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/programa-nacional-de-alfabetizacao#~:text=O%20programa%20pretendia%20instalar%2C%20em,era%20de%2020%2C442%20milh%C3%B5es%20pessoas>. Acesso em: 17 de mar 2020.

EMIR, Aquiles. **Maranhão Tem Uma das Maiores Evasões no Ensino Médio**. Bet 365, 2017. Disponível em: <https://maranhaohoje.com/evasao-escolar-no-43>

FERREIRA, Ana E CARVALHO, Carlos. **Escolarização e Analfabetismo no Brasil**, 2018. Disponível em: http://sites.pucgoias.edu.br/pos-graduacao/mestradodoutorado-educacao/wp-content/uploads/sites/61/2018/05/Ana-Em%C3%ADliaCordeiro-Souto-Ferreira_-Carlos-Henrique-de-Carvalho.pdf. Acesso em: 02 de abr 2020.

GALVÃO Ana Maria de Oliveira e SOARES, Leôncio. **História da Alfabetização de Adultos no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. Acesso em 18 de mar 2020.

HADDAD, Sérgio E PIERRO, Maria Clara. **Escolarização de Jovens e Adultos**. Revista Brasileira de Educação, 2000. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-24782000000200007&script=sci_arttext

LEMME, Paschoal. **O Manifesto dos pioneiros da Educação Nova e suas Repercussões na Realidade Educacional**. RBEP, 2005. Disponível em: <http://rbepold.inep.gov.br/index.php/rbep/article/view/854/829>. Acesso em: 11 de ago 2020.

LIMA, Kelly e MAGNO, Cíntia. **Educação do Pará é a Pior do Brasil**. DOL, 2017. Disponível em: [Limahttps://www.diarioonline.com.br/noticias/para/noticia-426229educacao-do-para-e-a-pior-do-brasil.html](https://www.diarioonline.com.br/noticias/para/noticia-426229educacao-do-para-e-a-pior-do-brasil.html). Acesso em 03 de out 2020.

MEIRELES, Elisa. **Primeira República: Um período de Reformas**. Nova Escola, 2013. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/3444/primeira-republica-um-periodo-dereformas#>. Acesso em: 19 de mar 2020.

MÜLLER-PALOMAR, Meire Terezinha . **Apostila Curso de Pedagogia Educação de Jovens e Adultos**. Paulínia: 2019. Acesso em: 21 de mar 2020.

NARVAZ, Martha Giudice, SANT"ANNA, Sita Mara Lopes, TESSELER, Fani Averbuh. **Gênero e Educação de Jovens e Adultos: A História Exclusão das Mulheres dos Espaços de Saber- Poder**. Unila Salle, 2013. Disponível em: <https://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/Dialogo/article/view/917>. Acesso em: 03 der out 2020.

NETO, Alexandre Shigunov e MACIEL, Lizete Shizue Bomura Maciel. **O Ensino Jesuítico no Período Colonial Brasileiro: Algumas Discussões**. Scielo, 2008, p. 174. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/er/n31/n31a11.pdf>. Acesso em: 21 de mar 2020. **O ensino jesuítico no período colonial brasileiro: algumas discussões**, Educar, Curitiba, n. 31, p. 169-189, 2008. Editora UFP. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/educar/article/view/12806>. Acesso em: 19 de mar 2020.

SILVA, Janaina Fernanda . **A Educação de Jovens e Adultos: Sua Historicidade no Contexto Brasileiro**. Brasil Escola, <https://meuartigo.brasilecola.uol.com.br/pedagogia/a-educacao-jovens-adultos-suahistoricidade-no-contexto-brasileiro.htm>. Acesso em: 10 de ago 2020.

SÓNOTÍCIA, **Evasão Escolar no Ensino Médio em Mato Grosso é de 32%**, 2007. Disponível em: <https://www.sonoticias.com.br/educacao/evasao-escolar-no-ensinomedio-em-mato-grosso-e-de-32/>. Acesso em: 03 de out 2020.

SOUZA, José Clécio Silva, **Educação e História da Educação no Brasil**. Educação Pública, 2018. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/18/23/educacao-e-histria-da-educacao-nobrasil>. Acesso em: 18 de set 2020.

SOUZA, Mércia Cardoso de Souza e SANTANA, Jacira Maria Augusta Moreira Pavão. **O Direito à Educação no Ordenamento Constitucional Brasileiro**. Âmbito Judiciário, 2010. Disponível em: <https://ambitojuridico.com.br/cadernos/direitoconstitucional/o-direito-a-educacao-no-ordenamento-constitucional-brasileiro/> Acesso: 5 de ago 2020.

ZORZO, Carlos Alberto. **A Educação como Prática Libertadora** – Paulo Freire, 1999. Síntese – 2 Seminário da Pós Graduação em Ciências da Computação. Disponível em: <http://www.inf.ufsc.br/~edla.ramos/infoedu/alunos/alunos99/zorzo1.htm>. Acesso em: 15 de mai 2020.